

Pela primeira vez, desde que os economistas de fora e de dentro do governo começaram a detectar o que eles classificaram de "excesso de liquidez" no mercado, e o Banco Central passou a fechar as torneirinhas para reduzir a quantidade de cruzeiros à disposição do público, o Ministério da Economia prepara-se para dar um tiro certeiro na única e verdadeira ameaça à política monetária do Plano Collor: a abundância de recursos nas mãos dos governadores e prefeitos.

Até aqui, as providências tomadas pelas autoridades para conter esse "excesso de liquidez" — redução drástica do crédito direto ao consumidor, fechamento das possibilidades de transformação de cruzados novos em cruzeiros, e até o quase imposto sobre pagamento de impostos — atingiram o alvo errado: o setor privado e os consumidores. Os dados mais recentes do comportamento da economia indicam, ao contrário de um excesso de atividade, sinais claros de uma recessão. O desemprego ampliou-se — mais 14% em abril na indústria paulista — e a atividade industrial despencou: a capacidade instalada da indústria brasileira caiu de 79% em janeiro para 61% em abril, recorde negativo na história do País.

O mesmo não aconteceu na área pública, nem federal, nem estadual, nem municipal. A receita do governo federal com o Plano Collor subiu mais de 50% em termos reais em abril e deverá repetir a performance em maio. Para os Estados e municípios o Plano Brasil Novo foi melhor ainda: segundo cálculos do secretário nacional da Fazenda, Geraldo Gardinalli, o fundo de participação cresceu, em termos reais, 58,2% no quadrimestre janeiro-abril. E em maio essas transferências deverão mais do que dobrar: de Cr\$ 51 bilhões em abril saltarão para cerca de Cr\$ 120 bilhões este mês. Além do mais, houve um aumento real médio de 40% na arrecadação do ICMS de março para abril.

Em princípio, é até salutar esse fortalecimento das finanças dos Estados e municípios. O problema é o

destino desse dinheiro num momento em que toda a sociedade brasileira está submetida a duros sacrifícios. Com as dificuldades naturais de uma empreitada dessas e com os obstáculos já esperados, o governo federal vem tentando dar a sua contribuição nesse processo, reduzindo despesas, adiando gastos. Os superávits de caixa conseguidos até agora não foram gastos em novos projetos e, segundo promessas das autoridades, não serão.

Mas nos Estados e municípios, com raríssimas exceções, tudo continua como antes. Aliás, está bem pior este ano: prefeitos e governadores aproveitaram esta súbita riqueza para "investir" forte nas urnas com o dinheiro público. "Eles estão fazendo uma festa para ganhar as eleições" — denuncia uma autoridade de Brasília.

Como falta espírito público a essa gente, o governo federal, com um atraso de 60 dias em relação ao que fez com o setor privado, promete agora agir com rigor. A revisão do orçamento deste ano, que vai para o Congresso nos próximos dias, determina que os Estados e municípios deverão pagar toda parcela de US\$ 2,5 bilhões de suas dívidas externas, vencidas e por vencer, ainda este ano. Quem não cumprir em dia as obrigações deixará de receber as transferências do fundo de participação e terá todos os seus créditos suspensos nas instituições financeiras oficiais, Banco do Brasil, BNDES, Caixa Econômica. Também serão suspensos os avais para captação de novos empréstimos externos.

Essa disposição, porém, pode não ser suficiente para acabar com a orgia de gastos de prefeitos e governadores. É preciso estar atento ao Congresso Nacional porque, como já avisou o insaciável governador Orestes Quércia, eles vão tentar bloquear a ação do governo na Câmara e no Senado. Com grandes possibilidades de êxito: deputados e senadores estão desesperados atrás de financiadores para suas campanhas.